



AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

«Portugal não pode ser gerido por
sound bites nem por powerpoints»



O enfoque nas barreiras legais que giram em torno das Energias Renováveis (ER) foi um dos pontos mais importantes abordados na Conferência de comemoração dos 25 anos da Associação de Energias Renováveis (APREN), que se realizou em Outubro. 'Electricidade Renovável - Barreiras do Presente, Soluções para o Futuro' foi o tema que reuniu centenas de especialistas em ER, nacionais e estrangeiros, no Centro de Congressos do Estoril.



Texto e Fotos_José Alex Gandum

Carlos Carreiras, Presidente da Câmara Municipal de Cascais (CMC), abriu a sessão, frisando que a CMC «encara a política ambiental como uma vocação», e que «a economia verde é um dos únicos caminhos para Portugal ultrapassar a crise». António Sá da Costa, Presidente da APREN, deu as boas vindas aos presentes e fez a introdução do primeiro painel da manhã, 'Barreiras ao Desenvolvimento da Electricidade Renovável', que contou com a participação de Pedro Neves Ferreira, da EDP, Ivone Rocha, da SRS Advogados, e Luís Sousa Santos, do BES Investimento. A moderação esteve a cargo de Jorge Pessanha Viegas, da APREN.

Pedro Neves Ferreira enunciou as principais barreiras ao desenvolvimento das renováveis, sublinhando que essas barreiras «não têm sido essencialmente de carácter técnico». Elas são «o risco regulatório, o risco do país, as condições de financiamento desfavoráveis, as moratórias administrativas e o sobrecusto das tecnologias maduras». Aquele especialista frisou que «as forças da natureza são indomáveis e tendem a não coincidir com o perfil da procura». Sobre a dependência entre Portugal e Espanha, adiantou ainda que «a fraca interligação com França constitui uma barreira à expansão das renováveis na Península Ibérica». Neves Ferreira explicou que «a sazonalidade, tendencialmente síncrona da eólica e hídrica em Portugal, dificulta a absorção de excedentes de produção». Chamou

a atenção para o triplicar da bombagem entre 2010 e 2020, e abordou a questão dos veículos eléctricos e das *smart grids*. Ivone Rocha começou por alertar para as barreiras legais, conhecidas também por burocracia. Os problemas dos desafios energéticos passam pela «sustentabilidade ambiental, pela segurança de abastecimento, e pela sustentabilidade económica». A especialista enumerou as barreiras legais a ter em consideração: «falta de estabilidade das normas e da regulação, licenciamentos complexos, multiplicidade de entidades intervenientes, estrutura fiscal incongruente, ausência de «valorização» da eficiência energética, e ineficiências do mercado ibérico», e ainda «legislação dispersa e numerosa e nalguns casos contraditória». Ivone Rocha deu um exemplo:

ID: 51171763

01-11-2013

As contradições das renováveis

João Manso Neto centrou a sua intervenção sobre as contradições que atingem as ER: «as ER a nível europeu são competitivas e a Europa tem empresas de nível mundial, mas há uma inadequação entre um mercado de electricidade que não muda há 20 anos e a produção a partir das ER». O responsável explicou que «há um excesso de capacidade no mercado ibérico com preços assegurados às ER, que são poupadas à crise, mas não havendo interesse em introduzir novas renováveis».

Manso Neto referiu a «visão demasiado optimista» quando se espera que a procura volte a subir de modo a incentivar de novo o investimento. «O caminho para que tenhamos renováveis a prazo passa pela reformulação de um mercado em todas as tecnologias, e as interligações podem ter um papel muito importante se apoiarem esse mercado». Terminou mencionando que as reformulações de mercado demoram muito tempo, e que «se estamos a espera delas não teremos investimentos em renováveis durante muitos anos».

Para Jorge Vasconcelos, a presença da 'Troika' em Portugal e o mercado ibérico são grandes barreiras para as ER, porque «os espanhóis têm uma desestabilização permanente sobre regulamentação, o que só se consegue resolver com base na igualdade e na concepção de um mercado e sistema ibérico que satisfaça produtores e consumidores em Portugal e Espanha».

O especialista referiu ainda o potencial da energia das ondas, vincando que «o

litoral de todo o mundo é a nova fronteira», do qual não se tiram maiores dividendos, porque «há juristas que se contorcem com dúvidas existenciais para encontrar uma solução jurídica», sublinhando que «algo está errado porque os responsáveis são incapazes de ter uma abordagem inovadora», e que Portugal foi «pioneiro em muita coisa, menos na eficiência energética, embora também tivesse todas as condições para ser pioneiro nesta vertente, pois o país tem recursos naturais e humanos aos quais bastaria juntar as oportunidades europeias». E terminou, frisando que «o sector da energia é uma porta aberta, que permite pôr Portugal a crescer».

Ana Aguado veio de Espanha para falar de Redes Inteligentes e alertar que «a barreira principal do sector é regulatória, portanto, política», pois «há 18 anos que se tenta implementar a regulamentação adequada».

António Sá da Costa referiu que «o mercado energético em Portugal tem que ser completamente reformulado, e que não basta pegar no que já existe». Sublinhou que «há questões internas que só nós [portugueses] podemos resolver».

Depois, dissecando algumas das intervenções anteriores, alertou para que «todas elas referem a instabilidade que existe no sector». O dirigente adiantou que «não se podem discutir questões técnicas na praça pública, porque ninguém entende, pois Portugal não pode ser gerido por *sound bites* nem por *powerpoints*». Reafirmou ainda que «temos que ter orgulho naquilo que os portugueses estão a fazer nos sectores da electricidade e das energias renováveis».

«uma hídrica é regulada por 113 diplomas legais», o que cria «uma grande burocracia e uma falsa transparência», frisou. E o que se pode e deve fazer? É preciso implementar «um modelo estável, a longo prazo, sistematizado e transversal ao sector económico e à sociedade».

A primeira Mesa Redonda da conferência foi moderada por Luís Ferreira Lopes, jornalista de Economia da SIC. «Como as Barreiras do Presente estão a afectar o Desenvolvimento da Electricidade Renovável» reuniu Artur Trindade, Secretário de Estado da Energia, João Manso Neto, Presidente da EDP Renováveis, Jorge Vasconcelos, da New Energy Solutions e Presidente da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (APVE), Ana Aguado, da Friends of the Supergrid, e António Sá da Costa.

O moderador começou por questionar o governante presente sobre as barreiras e os diagnósticos das mesmas: o Secretário de Estado da Energia respondeu que «as barreiras que existem hoje no sector são conhecidas», mas que «por mais relevantes que sejam essas barreiras elas são menos significativas que os desafios que se põem no futuro».

Para Artur Trindade, «o sector da energia, e em particular o sector da electricidade, tem tendência a sobrevalorizar os problemas que enfrenta». Nesse sentido «é importante também começarmos a ultrapassar a barreira do negativismo, pois urge mudar para um debate de natureza mais construtiva e mais prospectiva», sublinhou.

«Outra barreira é a barreira associada ao financiamento, comum à generalidade da economia portuguesa e de muitos países da União Europeia», continuou o responsável, apontando que «outra barreira ainda tem a ver com aspectos transversais da nossa economia, como a burocracia e os processos de licenciamento».

Ainda sobre a regulamentação, referiu que «há que tentar que esta regulamentação da energia de origem renovável seja mais ágil e mais racional, pois não faz sentido que o país aposte numa tecnologia de baixo carbono e depois dificulte a maneira de o conseguir».

Barreira já ultrapassada parece ser a tecnológica, mas o governante vincou que há que atentar na forma como estão organizados os mercados de energia, pois «há uma dicotomia que afecta a imagem das ER e que é passível de grandes melhorias e resolução». Sobre os custos, lembrou que «apesar dos custos, as ER são um enorme potencial».



António Sá da Costa, Presidente da APREN



ID: 51171763

01-11-2013

64 Conferência 'Electricidade Renovável' da APREN



ID: 51171763

01-11-2013

**Dossier Ambiente e Energias
Renováveis:**
Conferência APREN dedicada
à 'Electricidade Renovável' - Pág. 62